



# INFORSTRUP

## BOLETIM DO TRABALHADOR RODOVIÁRIO

Boletim Informativo nº 2 /2017

Abril/ Maio/ Junho/ Jul 2017

### Contratação Coletiva

#### Ponto de situação



#### BARRAQUEIRO TRANSPORTES;

Existem dois regimes de trabalho, um que resulta do antigo AE da RN e outro que resulta da aplicação do CCTV setor privado de passageiros. Em processo de conciliação, concluído no início de julho, os salários dos trabalhadores da ex-RN, foram uniformizados com os dos restantes trabalhadores e a tabela salarial do motorista passa a ter o valor de 638,93 €

**CARRIS;** O processo negocial interrompido por parte do C.A. desde 22 de novembro, onde este se comprometeu a entregar a sua contraproposta, até dezembro passado. Em consequência de termos solicitado a passagem do processo a Conciliação, a Administração comprometeu-se a dar continuidade ao processo em sede direta, procedendo à entrega da sua contraposta até 9 de junho, dando um período de 15 dias para análise da contraposta e marcando depois uma reunião com todas as OS's para posicionamento sobre esta;

**CARRISBUS;** Na mesma linha a administração

deu início ao processo negocial para criação de um AE para esta empresa, recusando a questão de fundo que é a exigência da integração plena na Carris e consequente aplicação do AE da Carris aos trabalhadores da CarrisBus e apresentando uma proposta de AE, da responsabilidade da CML, que agravava as condições existentes. Desde 18 de Abril que não responde à necessidade de dar continuidade ao processo, nem à contraposta por nós entregue. Após a realização do último plenário geral de trabalhadores que decidiram pela continuação da luta, a administração veio a comprometer-se apresentar a sua resposta à nossa contraproposta, durante a semana em curso, assim como desbloquear a entrega dos cartões Lisboa Viva aos trabalhadores;

### EDITORIAL O RJSPTP – Regime Jurídico do Serviço Público de

**Transportes** - que pretendem que seja aplicado em pleno até dezembro de 2019, é mais uma peça no processo de pulverização do sector, decorrente das diretivas e regulamentos da União Europeia e que na versão aprovada pelo anterior governo (sem oposição do atual) coloca em risco os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores nas empresas de transportes, para além de criar uma completa pulverização que se refletirá negativamente no serviço prestado.

No que diz respeito ao sector rodoviário de passageiros vai;  
Criar uma lista enorme de Autoridade de Transportes (cada município, cada área Metropolitana e cada CIM – Comunidade Inter-Municipal);  
Passar para estas Autoridades o dever de financiar (com o dinheiro de todos nós) o transporte público rodoviário.

Este Governos tem nas suas mãos a responsabilidade de impor às Autoridades de Transportes que constituiu neste país, que os trabalhadores e os seus direitos sociais sejam acautelados.

“A lei nº 52 de 09 de junho de 2015, aprovou o RJSPTP - Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros, que representa uma profunda alteração do modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transportes de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado, em Portugal”. Isto pode ler-se no site do IMT, a quem compete apoiar as Camaras Municipais, Comunidades Intermunicipais e Áreas Administrativas, revelando mesmo aqui alguns contrassensos. Colocando de parte as contrariedades do diploma, devemos debruçar-nos sobre as situações que se vivem no setor dos transportes, no conjunto das empresas que o compõem e as realidades sociais que as integram.

Pela análise direta do RJSPTP, sobre os trabalhadores que hoje laboram no conjunto das empresas de transportes nada refere. No conjunto destas empresas, os direitos sociais e garantias dos trabalhadores, só podem ser salvaguardados na Contratação Coletiva (CCTV ou AE's) e há muito para fazer e lutar para obrigar a que a mesma seja cumprida

#### Reflexão:

Quando o **RJSPTP** refere que as empresas (operadores internos) poderão concorrer em igualdade de circunstâncias com um operador externo, e que a concessão pode ser em todo ou em parte concessionada, quem assume os trabalhadores que perde a concessão?

**Por todas as dúvidas colocadas neste RJSPTP, devemos voltar aos trabalhadores, mobilizando-os neste desafio que se vai iniciar com o lançamento dos concursos, já em 2018.**

#### Neste Boletim

- Editorial
- Contratação colectiva
- Contencioso
- Agenda sindical
- Destaque nacional



**Tribunal da Relação de Lisboa—4ª Secção Proc.º 291/14.OTTCSC.L1—  
em 19-06-2017 Réu SCOTTURB Transportes Urbanos, Lda  
ACORDÃO—Sumário**

- 1. Os 4 dias correspondentes ao crédito de horas, constituem o cerne ou o conteúdo inalienável do exercício da atividade sindical por parte do autor e nessa medida, equiparado ou contado como efetivo, designadamente em termos retributivos, já não valendo o raciocínio deixado exposto para as demais faltas cometidas em razão das mesmas funções sindicais, face ao número 1 do art.º 409º do CT/2009, assim como para as situações de suspensão do contrato de trabalho, por força do regime.*
- II.** *Nessa medida, a entidade empregadora encontra-se obrigada a pagar ao trabalhador e dirigente sindical os subsídios de refeição respeitantes aos 4 dias mensais relativos ao crédito de horas como o correspondente subsídio de natal, na proporção desses 48 dias anuais (4 dias x12 meses).*
- III.** *A figura de crédito de horas, face à sua natureza, função e finalidade, não depende, para efeitos do seu reconhecimento, validade e eficácia jurídicas, de uma qualquer proporção ou número mínimo de dias de trabalho mensal ou anual que o trabalhador e dirigente sindical tenha concretamente de desenvolver, não podendo invocar, nessa medida e quanto a ela, com fundamento, designadamente na violação de tal proporção ou mínimo, o instituto do abuso de direito (art.º334º do CC).*
- Iç.** *O subsídio de refeição, no que toca ao crédito de horas de 4 dias mensais, só é devido durante 11 meses em cada ano.*
- ç.** *O conjunto de factos dados como provados, que se estendem ao longo de um período de cerca de 3 anos e meio e que se desdobram em condutas intencionais, diversas ou similares (dias de greve), de cariz discriminatório e persecutório e de índole anti sindicalista, levadas a cabo em locais e momentos distintos ou durante um período de tempo considerável (não formação oportuna em bilhética, não desenvolvimento efetivo da atividade de motorista e colocação do mesmo ao serviço de parque, por exemplo) e motivadas pela circunstância do autor ser dirigente do STRUP, desde dezembro de 2006 em diante, com reflexos negativos a nível profissional, remuneratório, psicológico e emocional, configuram suficientemente uma situação de assédio, conforme tipificada no artº.29º do CT/2009.*
- çI.** *Muito embora não ignorando as dificuldades que a empresa ré poderia ter na organização das escalas do autor e demais colegas, na sequência das muitas ausências provocadas pela atividade sindical do primeiro e que se traduziam em faltas justificadas, com perda ou não de retribuição (crédito de horas), tal não explica, contudo, o atraso na formação da bilhética, a não entrega imediata do cartão que lhe permite viajar nos autocarros da Ré e os obstáculos levantados ao normal desenvolvimento da referida atividade (greve, afixação de informação, restrição de contactos com os colegas, etc).*
- çII.** *Não deixa de ser significativo que a Ré, a partir da propositura desta ação (o que ocorreu no dia 15/5/2014) tenha atribuído ao Autor funções de motorista em regime de agente único, não obstante o mesmo continuar a ser dirigente sindical do STRUP e a desenvolver as suas funções associativo – laborais, o que indica que já antes era possível era possível fazê-lo e que só não aconteceu por má vontade da Ré.*
- çIII.** *Ficaram demonstrados factos suficientes para fundar a condenação da Ré no pagamento de uma indemnização por danos morais, pois tal empresa desenvolveu uma atuação multifacetada, como continuada, de índole voluntária, ilícita, culposa e causadora de danos de natureza profissional, pecuniária, psicológica e emocional, por um período relevante de tempo (cerca de 3 anos e meio), tendo para o efeito não só violado o seu direito ao desenvolvimento da sua atividade de dirigente sindical como (de forma indireta e enviesada) a uma efetiva, profícuca, devidamente remunerada e completa ocupação efetiva, assim afrontando diversos direitos de personalidade e laborais de que ele era titular.*
- Iç.** *A adoção de tais condutas que o isolaram, afetaram e diminuíram, em termos sindicais, profissionais e pessoais justificam, nessa medida, uma adequada reparação dos danos não patrimoniais sofridos que se fixa indemnização de Euros (.....)  
“O meretíssimo juiz”*

**CONHEÇA O  
STRUP**

Se trabalhas no sector dos transportes rodoviários e urbanos, visita o site do STRUP em [www.strup.pt](http://www.strup.pt).

Trata-se da maior organização sindical neste sector de atividade que presta apoio aos trabalhadores seus associados em diversas áreas:

**LUTAR SEMPRE  
VENCER TALVEZ  
DESISTIR NUNCA**

**Contactos  
Úteis:**

**Secretaria:**

**916 745 017**  
**Contencioso:**  
**916 732 414**  
**Tesouraria:**  
**916 732 414**  
**Coord. Geral:**  
**916 746 320**  
**Organização:**  
**916 732 775**

[strup@strup.pt](mailto:strup@strup.pt)

**S.T.R.U.P**





#### ♦ FOI AGENDA

- *Plenárias: Metropolitano de Lisboa, Transportes Urbanos de Vila Real, Eva Transportes, Rodoviária do Alentejo;*
- *Plenário Geral de Sindicatos com deslocação à Assembleia da República*
- *Greves na Aveiro BUS, Carrisbus*
- *Comemorações 25 de Abril e, 1.º de Maio Dia do Trabalhador*
- *Festa do rodoviário e urbano no Seixal*

#### ⇒ Em agenda

- ♦ **Processo de negociação Setor das Mercadorias**

#### Reuniões em fase de conciliação

- \* **Setor do Taxi - ANTRAL — FPT**
- \* **Centros de Inspeção Automóvel**
- \* **Barraqueiro Transportes**
- \* **Associação Rodoviária dos Transportes de Pesados de Passageiros**
- \* **Associação Nacional das Transportadoras Portuguesas**
- \* **Início do processo de negociações Transdev REDM (15 de agosto)**

## DESTAQUE NACIONAL

**A preocupação sobre a ausência de resposta por parte da Autoridade para as Condições de Trabalho, degrada as relações laborais nos postos de trabalho!!!**

### Grupo Barraqueiro / Arriva



Os trabalhadores da Rodoviária do Alentejo, empresa do grupo luso alemão Barraqueiro/Arriva, confrontam-se com um conjunto de ilegalidades, que é caso para dizer que, também, nesta empresa a lei fica à porta, já que, no que concerne aos trabalhadores motoristas, não são cumpridos os tempos de trabalho máximo diário e semanal, aos tempos mínimos de descanso diário e semanal, bem como adultera o seu registo obrigatório.



As regras relativas a esta matéria são determinadas pelo Acordo de Empresa em vigor, pelo Código de Trabalho e pela regulamentação comunitária.

As matérias que estão a ser violadas, sem que a ACT intervenha, já antes informada desta situação, até porque ela foi num passado recente, objeto de um trabalho jornalístico de uma cadeia nacional de televisão e, assim, os trabalhadores vão vendo aumentar a exploração no trabalho.

**É URGENTE uma ACT atuante.**

### DESTAQUE Distrital

Os Trabalhadores ETAC/ Aveiro BUS mantêm a força e determinação. Em defesa das condições de vida e trabalho, exigem que se cumpra a lei nos períodos de trabalho e descanso... também em favor da segurança dos utentes dos transportes de Aveiro!



Dia 16 de junho, com a presença do Secretário Geral da CGTP -IN Arménio Carlos e o Coordenador FECTRANS, José Manuel Oliveira.



Perante a entrega de um pré-aviso de greve no Metropolitano de Lisboa, para os dias 1 e 3 de Agosto, a administração apressou-se a dar algumas das respostas que há muito tempo se exigiam e, perante isto, sem deixar de estar mobilizados para futuras lutas caso as outras respostas não cheguem, os trabalhadores, no plenário hoje realizado, decidiram não realizar a greve nos dias indicados.

Apesar de algumas respostas importantes, continua a haver um problema de fundo criado pelo governo, a falta de autorização de admissão dos trabalhadores necessários, na tracção, na manutenção e nas estações, que tem como consequência a degradação do serviço prestado aos utentes, o atraso na recuperação do material circulante, deficiente e/ou falta de atendimento nas estações.





**CARRISTUR:** continua a pretender não proceder ao cumprimento do CCTV aplicável, no que respeita à matéria de natureza pecuniária, refugiando-se no estabelecido no OE para 2017, e pretendendo repor estes efeitos em 50% a partir de julho, mas “esquecendo o que está em dívida aos trabalhadores desde Fevereiro de 2016



**METROPOLITANO DE LISBOA:** AE I e AE II, negociados, acordados e publicados no BTE em 2016 Acordado com o CA a aplicação das avaliações de desempenho e anuidades referentes ao período compreendido entre 2010 e 2016. Mantem-se os diferendos com a empresa no que respeita à falta de trabalhadores e material circulante com especial enfoque nos horários dos trabalhadores da tração.



**SCOTTURB:** Processo de Negociação diretas encerrado. Empresa e FECTRANS mantiveram na íntegra o Acordo de Empresa em Vigor.



**EVA TRANSPORTES:** Decorre processo de negociações de revisão do Acordo de Empresa em vigor. A empresa que já solicitou a publicação de caducidade do AE, propõe aplicar aos trabalhadores em geral, o CCTV do setor privado de passageiros, salvaguardando nos termos da cláusula 76ª do referido IRCT, os direitos dos trabalhadores do AE. Face à última proposta apresentada pela empresa não se afigura qualquer possibilidade de acordo. A próxima reunião vai realizar-se a 28 de julho.



**PASSAGEIROS:** Em resultado do que anteriormente havia sido acordado pelo STRUP e ANTRP foi aplicado um aumento de 0,86% na tabela salarial que passou de 630,00 € para 635,42 €. Entretanto o processo de revisão que decorria entre as partes para análise de outras matérias foi encerrado sem acordo



**Rodoviária do Alentejo:** FECTRANS enviou um texto global para negociação de um novo AE ao qual a empresa respondeu negativamente. O processo vai seguir, nesta fase, para conciliação. Foram eleitos 2 novos delegados sindicais.



**ROD.LISBOA:** Publicada a caducidade do Acordo de Empresa em 2015. Foi entregue em maio, uma proposta para rever as situações específicas dos trabalhadores que estiveram abrangidos pelo caducado Acordo de Empresa. Face à ausência de

resposta foi solicitada à DGERT a passagem do processo à fase de conciliação.



**MERCADORIAS:** À ausência de resposta à proposta da FECTRANS, foi solicitada intervenção do Ministério de Trabalho.



**MERCADORIAS:** Processo de negociações em curso. A FECTRANS tem promovido discussão com trabalhadores do setor em plenário para discutir matérias mais específicas.



**Táxis—FPT** A ausência de resposta à proposta de criação de Instrumento de regulação coletiva, a FECTRANS encaminhou este processo para o Ministério de Trabalho, em fase de Conciliação.



**Táxis—ANTRAL;** Processo em Conciliação na DGERT, por ausência de resposta desta Associação à proposta da FECTRANS.

## Destaque Regional

### Sede do STRUP

A Delegação Regional de Lisboa mantém o seu funcionamento na sede em Lisboa, na Avenida António José de Almeida nº 22.

Acompanhamento sindical e sob orientações da dirigente Anabela Carvalheira, os serviços do STRUP dão resposta em apoio aos associados do sector dos transportes:

#### Funcionamento;

#### Horário de Expediente

**Telf:** 21 845 34 35

**Telm:** 91 674 50 17

#### Contencioso;

#### Por marcação

**Telf:** 21 845 34 37

**Telm:** 91 673 24 14

### Protocolos

A **BP Portugal** em parceria com o **STRUP/FECTRANS**, disponibiliza aos associados e familiares, cartões **BP Bonus**, com descontos de **0,06€/Lt** nos combustíveis normais, e de **0,08€/Lt** nos Combustíveis Ultimate.



## Contacta-nos

- ♦ Segue-nos no **FACEBOOK** em **S.T.R.U.P**
- ♦ Consulta, regista-te e sindicaliza-te em **www.STRUP.pt**
- ♦ Comunica connosco através de **strup@strup.pt**
- ♦ Ou liga-nos através do telefone **214 099 062**